

O URBANO BRASILEIRO A PARTIR DAS PEQUENAS CIDADES

THE BRAZILIAN URBAN FROM SMALL TOWNS

Dr. Pedro Henrique Carnevalli Fernandes

Docente da Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp)
profpedrofernandes@gmail.com

Resumo

É preciso avançar nas discussões acerca das pequenas cidades brasileiras. Atualmente, mesmo com a propagação de trabalhos acadêmicos, ainda existe uma grande dificuldade na conceituação das pequenas cidades, devido, sobretudo, à quantidade e à diversidade dessas localidades e à proximidade delas com o meio rural. Por isso, o objetivo principal deste artigo é contribuir com o debate teórico e metodológico, por meio das abordagens quantitativa e qualitativa, acerca do conceito das pequenas cidades a partir da realidade urbana brasileira. Os procedimentos metodológicos foram: levantamento bibliográfico, levantamento de dados demográficos dos municípios brasileiros; levantamento sobre as áreas de influência e os papéis desempenhados na rede urbana pelas pequenas cidades e elaboração de produções cartográficas e da redação final do artigo. O município, dentro do contexto brasileiro, consiste na menor unidade de hierarquia na organização político-administrativa, sendo que cada um dos municípios tem, necessariamente, uma cidade. Como resultados, as preocupações acadêmicas precisam compreender o urbano brasileiro pelas pequenas cidades a partir dos papéis urbanos e as políticas públicas. A imprensa e a sociedade em geral devem destacar as pequenas cidades no intuito de demonstrar sua vastidão, diversidade e até os problemas.

Palavras chaves: Geografia Urbana. Pequena Cidade. Dimensão demográfica. Rede urbana.

THE BRAZILIAN URBAN FROM SMALL TOWNS

Abstract

It is necessary to advance in the discussions about small towns Brazilian. Nowadays, even with the propagation of academic papers, there is still a great difficulty in the conceptualization of small towns, due mainly to the quantity and diversity of these localities and their proximity to the countryside. Therefore, the main objective of this paper is to contribute to the theoretical and methodological debate, through the quantitative and qualitative approaches, about the concept of small towns from the Brazilian urban reality. The methodological procedures were: bibliographical survey, survey of demographic data of Brazilian municipalities, survey on the areas of influence and the roles played in the urban network by the small towns and elaboration of cartographic productions and the final writing of this paper. The municipality, within the context of Brazil, consists of the smallest unit of hierarchy in the political-administrative organization, and each one of the municipalities necessarily has a city. As a result, academic concerns need to understand the urban Brazilian by small towns from the urban roles and public politics, the press and society in general

should highlight the small towns in order to demonstrate their vastness, diversity and even problems

Keyword: Urban Geography. Small town. Demographic dimension. Urban network.

INTRODUÇÃO

Há uma imensa necessidade em avançar nas discussões acerca das pequenas cidades. Atualmente, como ponto positivo, se tem difundido trabalhos acadêmicos e preocupações com essas localidades. Isso mostra a ampliação do interesse acadêmico em demonstrar a realidade urbana brasileira das pequenas cidades. Apesar disso, como um ponto negativo, ainda existe uma grande dificuldade na conceituação das pequenas cidades no Brasil, devido, sobretudo, à quantidade e à diversidade e à proximidade delas com o meio rural, gerando uma complexa confluência entre o urbano e o rural.

O urbano não é formado apenas pelas grandes e médias cidades e os estudos acadêmicos não devem contemplar apenas elas e as áreas metropolitanas. As preocupações acadêmicas precisam compreender o urbano brasileiro em totalidade, inserindo as pequenas cidades no debate, especialmente a partir dos papéis urbanos desempenhados e sua inserção na rede de cidades. Além da acadêmica, as políticas públicas, a imprensa e a sociedade em geral devem destacar as pequenas cidades no intuito de demonstrar sua expressiva quantidade, diversidade e, principalmente, seus problemas. Portanto, “não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana. (...) Trata-se, então, de reconhecer a existência das cidades menores” (ENDLICH, 2006, p. 31).

É preciso considerar, também, que as pequenas cidades não estão isoladas e fixadas na rede urbana brasileira, ou seja, elas compõem na rede; estão inseridas, articuladas e conectadas às dinâmicas urbanas, inclusive em esfera global, pois fazem parte do modo de produção capitalista e fazem parte – e são influenciadas por – do fenômeno da globalização, sofrendo as consequências e a perversidade desses processos. Assim, a maior parcela da população dessas pequenas cidades tem suas vidas condicionadas às decisões do capital.

Soma-se a isso, o contexto brasileiro de urbanização. A partir da década de 1970, a urbanização brasileira “estendeu-se virtualmente ao território nacional, integrando os diversos espaços regionais à centralidade urbano-industrial que emanava de São Paulo, (...) atingindo, finalmente, as pequenas cidades (MONTE-MÓR, 2006, p. 16). Assim, ao final daquela

década, as relações capitalistas já se estendiam a todo o espaço brasileiro. Assim, alicerçada no modo de produção capitalista, na industrialização e na globalização, a urbanização trouxe consequências negativas. No caso dos espaços em que isso ocorreu com mais rapidez, como o contexto brasileiro, os problemas decorrentes acabaram sendo maiores e mais complexos.

É indispensável pontuar que este artigo não tem intuito de fazer apologia das pequenas cidades até porque existem muitos problemas nessas localidades. Em suma, espera provocar o debate teórico e fomentar novos estudos acerca das pequenas cidades no Brasil.

Por isso, o objetivo principal deste artigo é contribuir com o debate teórico e metodológico acerca do conceito das pequenas cidades a partir da realidade urbana brasileira em totalidade. Os objetivos específicos do artigo são: apresentar a possibilidade quantitativa acerca da conceituação das pequenas cidades pelos patamares demográficos; transitar pela possibilidade qualitativa de entendimento sobre as pequenas cidades, sobretudo a partir da posição desempenhada na rede urbana e da sua área de influência; e, demonstrar a realidade brasileira composta por pequenas cidades pela soma dessas abordagens.

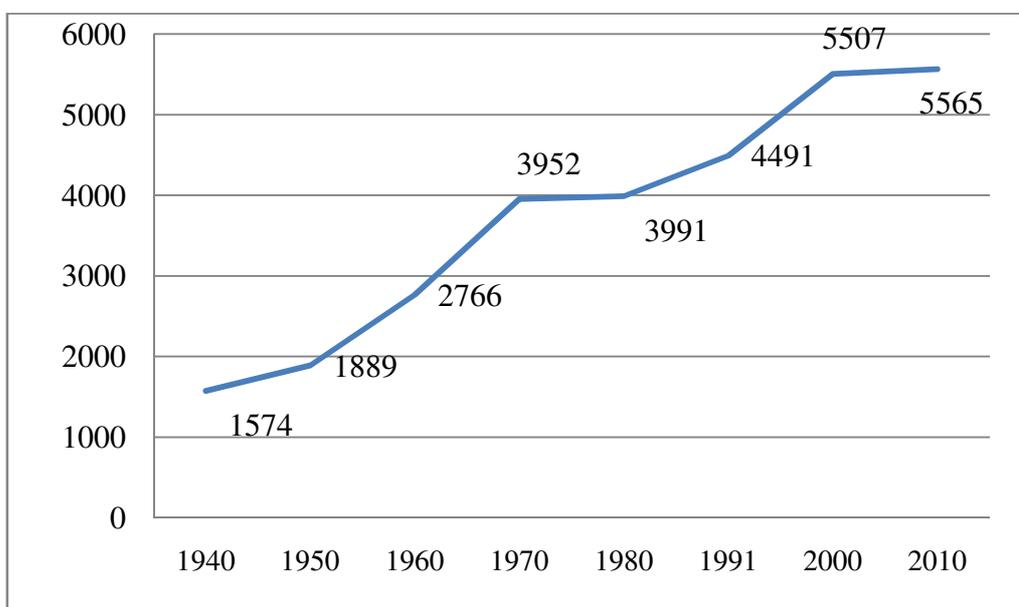
Para buscar atingir tais objetivos, o artigo se alicerça em uma série de autores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros que já discutiram ou contribuíram com a temática, como Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Beatriz Ribeiro Soares, Angela Maria Endlich, Tânia Maria Fresca, Francisco Gonçalves, Nágela Melo, Mara Bernadelli, Anete Pereira, entre outros pesquisadores.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a construção deste artigo foram: levantamento bibliográfico de assuntos pertinentes ao tema; levantamento de dados secundários acerca dos municípios brasileiros, sobretudo quanto ao aspecto demográfico, considerando o último censo demográfico brasileiro realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010); utilização do acervo do Região de Influência das Cidades (Regic), referenciado por IBGE (2007), sobre as áreas de influência e os papéis desempenhados na rede urbana por cada pequena cidade; e, por fim, elaboração de produções cartográficas e da redação final deste artigo.

O município, dentro do contexto brasileiro, consiste na menor unidade de hierarquia na organização político-administrativa. No Brasil, a sede de cada município é reconhecida como uma cidade, sendo que ela possui, obrigatoriamente, o mesmo nome do município. Assim, cada município brasileiro tem, necessariamente, uma cidade. A Figura 1 apresenta a quantidade de municípios brasileiros de 1940 a 2010.

A quantidade de municípios saltou de 1.574, em 1940, para 5.565, em 2010, gerando um crescimento de 254% em sete décadas. Apesar de o número crescer quantitativamente, houve grande oscilação durante esse período. Nitidamente existem dois momentos de crescimento na quantidade de municípios brasileiros. O primeiro diz respeito a 1960 e 1970, quando ele representou, respectivamente, 46,4% e 42,9% de crescimento. O segundo é em 2000, quando alcançou um crescimento de 22,6%, em comparação com 1991. Em resumo, ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1990 as políticas públicas permitiram os desmembramentos e a criação de novos municípios. Com o último censo do IBGE, em 2010, percebeu-se uma estagnação, principalmente devido à existência de leis mais rigorosas com relação à criação de um novo município.

Figura 1. Brasil. Número de municípios, 1940-2010



Fonte: Adaptado do IBGE (2010).

Assim, entre 2000 e 2010, foram criados, no Brasil, 58 novos municípios. Destes, mais de três quartos são oriundos dos Estados do Rio Grande do Sul (29 ou 50%) e do Mato Grosso (15 unidades ou 25,8%). O Estado do Rio Grande do Sul criou sozinho, entre 2000 e 2010, metade do total de municípios emancipados entre 2000 e 2010 no Brasil. Entre esses novos municípios brasileiros, 48 (82,7%) possuem no máximo cinco mil habitantes e apenas três (5,1%), mais de 25 mil habitantes. Logo, são todos polarizados por pequenas cidades.

No universo dos 5.565 municípios brasileiros, os Estados de Minas Gerais, líder com 853 (15,3%), São Paulo, segundo lugar, com 645 (11,6%), Rio Grande do Sul, terceiro, com

496 (8,9%), Bahia, quarto, com 417 (7,4%) municípios e Paraná, o quinto, com 399 (7,2%), somam pouco mais de 50% dos municípios brasileiros. (IBGE, 2010).

Os demais municípios são divididos entre o restante das 22 Unidades da Federação. Os Estados com menores números de municípios são, respectivamente, Roraima, com 15 (0,3%), Amapá, com 16 (0,3%), Acre, com 22 (0,4%) e Rondônia, com 52 (0,9%) municípios. Convém ressaltar que o Distrito Federal é composto por apenas um município, Brasília, e diversas regiões administrativas. (IBGE, 2010).

A partir desses dados de municípios – e cidades – é possível perceber a realidade brasileira marcada pela diversidade na composição municipal em cada Unidade da Federação. Isso influencia, por conseguinte, nas questões demográficas e de centralidade nas cidades na rede urbana brasileira e, também, dentro da própria perspectiva estadual, ou seja, dentro das redes urbanas estaduais e até regionais, ampliando a complexidade conceitual das pequenas cidades.

UM ESFORÇO EM CONCEITUAR AS PEQUENAS CIDADES

A conceituação faz parte da compreensão da realidade dos espaços. Assim, procurou-se contribuir com o conceito de pequenas cidades, possibilitando avançar na discussão acerca desses espaços no âmbito da Ciência Geográfica. Nesse sentido, permite entender não apenas a hierarquização dos centros, mas também as relações humanas e econômicas, as funções e os equipamentos urbanos e as dinâmicas que envolvem essas localidades.

Evidentemente, a redação se coloca como aprendiz, sendo que, em nenhum momento, se pretende criar uma definição ou enquadrar a discussão em algo engessado. Além disso, parte-se do pressuposto que o próprio conceito de cidade é complexo e incerto. Por isso, de acordo com Melo (2008, p. 438), “as dificuldades apresentadas à análise da temática pequenas cidades são muitas”. Isso se deve, segundo a autora, por um lado, pela fragilidade teórica e metodológica da Geografia e, por outro lado, pela própria diversidade da realidade socioespacial brasileira. Assim, como parte do aprendizado do pesquisador, dentro do papel de investigador, acredita-se que com pequenas contribuições, de diferentes autores e, por conseguinte, de diversos pontos de vistas, se avançará na consolidação dessa temática, que é indispensável para a Geografia e para o urbano brasileiro.

No entendimento sobre a conceituação de pequena cidade, o primeiro aspecto que se destaca é o quantitativo, ou seja, o patamar mínimo e máximo de habitantes para a cidade ser considerada pequena. Evidentemente, não existe uma teorização geral que seja adequada para a realidade de todos os países. Aliás, não é apenas uma questão que tem variedade global. Em

alguns países extensos, como o Brasil, a conceituação e a classificação das pequenas cidades variam de um Estado para o outro e até entre as regiões de um mesmo Estado.

Partindo disso, Santos (1989) e Pereira (2007) acreditam que o patamar máximo para ser uma pequena cidade é de vinte mil habitantes – esse patamar é utilizado pelas estatísticas internacionais para classificar esse tipo de cidade. Bernardelli (2004) considera pequenas cidades aquelas com menos de trinta mil habitantes. Para Corrêa (1999), as cidades pequenas – “pequenos centros” e “pequenos núcleos” são outras expressões utilizadas por ele – são aquelas que possuem, no máximo, cinquenta mil habitantes. E, por fim, a classificação do IBGE (2000) define pequena cidade como aquelas que possuem até cem mil habitantes.

A questão do patamar demográfico associado às pequenas cidades também é utilizada para alguns repasses financeiros, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Segundo Mendes, Miranda e Cosio (2008, p. 30), ele é uma “transferência redistributiva, paga pela União a todos os municípios do País. Ela é de uso incondicional, obrigatória e sem contrapartida. (...) trata-se da segunda maior categoria de transferências”.

Sendo assim, o artigo 159 da Constituição Federal de 1988 determina que 23,5% da arrecadação da União, dos impostos de renda e sobre produtos industrializados sejam destinados ao FPM. Depois, o total de recursos do FPM é segmentado em três partes: 10% são entregues aos municípios que são capitais de Estados, 86,4% aos municípios não-capitais e 3,6% constituem uma reserva para suplementar a participação dos municípios mais populosos. (MENDES; MIRANDA; COSIO, 2008). Além disso, ele é partilhado conforme um coeficiente de participação determinado a partir da quantidade de habitantes de cada município. Esse coeficiente é inserido em uma fórmula junto com outros elementos determinantes, como a participação do Estado no FPM-Interior e do somatório de todos os coeficientes dos municípios do mesmo Estado, resultando no valor recebido por cada município (MENDES; MIRANDA; COSIO, 2008).

Essa metodologia é bastante criticada, seja por quem defende um valor maior para pequenas cidades, seja por quem prefere aumentar os coeficientes para os espaços mais populosos. Sem entrar nessa seara, acredita-se que apenas o critério demográfico é perigoso para a distribuição, já que outros indicadores poderiam ser considerados, como as taxas de pobreza, analfabetismo, entre outras.

Independentemente da quantidade absoluta ou do patamar relativo, utilizar apenas os dados demográficos para definir uma cidade como pequena empobrece o conceito. Assim, “aceitar um número mínimo (...) para caracterizar diferentes tipos de cidades (...) é incorrer no

perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos” (SANTOS, 1982, p. 70).

Então, o número mínimo ou máximo de habitantes não pode ser o elemento determinante na discussão sobre a temática das pequenas cidades. Logo, a quantidade e as discussões numéricas devem ser norteadoras, como um primeiro passo, mesmo que complexo e passível de grande discussão, para o debate. Certamente, a utilização de um número não é suficiente para entender o universo das pequenas cidades brasileiras.

Segundo Endlich (2006, p. 89), “a divisão do trabalho, a economia de mercado e a capacidade de consumo são indispensáveis nessa análise”. Por sinal, a autora aborda os núcleos urbanos pequenos do Noroeste do Estado do Paraná por meio de uma classificação baseada no alcance de seus papéis e os seus significados na rede urbana, inclusive no que tangencia à questão humana e social.

Essa perspectiva qualitativa de abordagem do conceito de pequenas cidades foi abordada nos estudos de Santos (1979) a partir da terminologia de “cidades locais”. Nesses estudos, o autor propõe entender as pequenas cidades dentro do contexto urbano, ou seja, consonantes com as cidades regionais e as metrópoles. Uma cidade local corresponde, portanto, à “aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 1979, p. 71), como, por exemplo, serviços públicos de saúde, educação, segurança, transporte, entre outros, além da própria geração de renda e da possibilidade de moradia e de alimentação.

Além disso, a caracterização de uma cidade, inclusive como pequena, está associada à sua inserção em uma determinada área, região ou rede urbana. Isso se deve ao fato delas se definirem a partir das relações internas e em função das interações externas estabelecidas com outras cidades, o que vai definir sua posição no espaço regional ou na rede urbana. (CORRÊA, 1994).

Melo (2008) reconhece a existência de quatro situações para as pequenas cidades brasileiras. A primeira se trata daquelas inseridas em áreas economicamente dinâmicas, como nas áreas de agricultura moderna, que conseguem atender as demandas básicas da sua população. A segunda situação se refere às pequenas cidades que funcionam como reservatório de mão-de-obra e são marcadas por processos migratórios, sobretudo de pessoas em idade ativa, permanecendo os idosos; as rendas delas são procedentes das transferências, sobretudo do Estado. A terceira diz respeito àquelas pequenas cidades que se inserem em um

contexto socioeconômico mais amplo, como as turísticas, industriais, com festividades religiosas, manifestações culturais e feiras. Por fim, existem as pequenas cidades localizadas nos entornos metropolitanos. (MELO, 2008).

Fresca (1990) estudou as pequenas cidades de Inúbia Paulista e Osvaldo Cruz relacionando-as à dinâmica funcional da rede urbana do Oeste paulista. Os principais resultados da sua pesquisa, tomando como parâmetro as décadas de 1950 e 1980, apontam processos econômicos e sociais complexos, influenciados pela globalização e pelo avanço do meio técnico, ocorrendo nas pequenas cidades e resultando em novas formas, funções, refuncionalização, etc.

Assim, arefuncionalização dos pequenos centros é uma possibilidade que os municípios encontraram para competir na rede urbana, melhorando a condição local. Ela ocorre por meio de duas situações: a primeira refere-se à perda, relativa ou absoluta, de centralidade, acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento de novas funções não-centrais e ligadas diretamente à produção no campo; já a segunda diz respeito à transformação do pequeno núcleo a partir de novas atividades. (CORRÊA, 1999).

Soares (2003) contextualiza as pequenas cidades na rede urbana do cerrado, principalmente no Sudeste goiano – na região de Catalão (GO) –, no Triângulo mineiro/Alto Paranaíba – na região de Uberlândia (MG) – e no Norte de Minas Gerais – na região de Montes Claros (MG). A preocupação da autora em seus estudos é clara:

Que políticas públicas seriam destinadas a estas pequenas aglomerações urbanas que também apresentam problemas de degradação ambiental, favelamento, retenção especulativa dos terrenos e que somam 4.172 municípios brasileiros? Como os geógrafos, preocupados com a dinâmica das cidades vão refletir sobre o isolamento e a precariedade social das pequenas cidades? (SOARES, 2003, p. 83).

Neste artigo, concorda-se com as indagações de Soares e defende-se a necessidade de uma maior reflexão em entender as pequenas cidades a partir da rede urbana. É fundamental pensar em propostas metodologia teórico-conceitual para esses estudos, uma vez que as pequenas cidades, cada vez mais, apresentam problemas, assim como em cidades maiores, como a ausência ou insuficiência de serviços de saúde e segurança, o aumento da violência, as enchentes e os deslizamentos, entre outros, inclusive, em muitos casos, até superando-as.

Quanto a isso, Gonçalves (2005) apresenta os problemas de 21 pequenas cidades no Agreste potiguar. Segundo o autor, as mudanças que transformaram a estrutura produtiva do

Rio Grande do Norte desencadearam uma grande crise na economia do Agreste do Estado. Isto, aliado à insuficiente atuação do poder público, contribuiu para o surgimento de vários problemas sócio espaciais, como a fragilidade econômica, o desemprego generalizado, a falta de segurança e a ausência de infraestrutura urbana suficiente para atender a demanda social.

Bernardelli (2004) escreveu acerca dos papéis urbanos e a produção de moradias em pequenas cidades da região de Catanduva (SP). A principal preocupação da autora foi a relação entre a produção de conjuntos habitacionais, principalmente em uma região canavieira – trabalhadores vinculados à agricultura e à agroindustrial sucroalcooleira –, e a influência deles na definição dos papéis desempenhados pelas pequenas cidades na rede urbana.

Oliveira (2006) fez um estudo sobre pequenas cidades na Região Amazônica brasileira. Ele definiu-as, entre outras considerações, pelas seguintes características: atividades econômicas quase nulas, com o predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos; baixa articulação com as cidades do entorno; predominância de atividades caracterizadas como rurais; e, por fim, pouca capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os básicos, ligados à saúde, à educação e à segurança.

Pereira (2007) trabalhou as relações urbano-regionais no Norte de Minas Gerais, polarizada pelo município de Montes Claros, sendo que as pequenas cidades apresentaram algumas características pontuadas por Oliveira (2006), ou seja, houve uma convergência de critérios de definição, como “a pouca capacidade de oferecimento de serviços (...); a baixa articulação com as cidades do entorno; as atividades econômicas quase nulas, (...) e a predominância de atividades (...) relacionadas ao rural” (PEREIRA, 2007, p. 174).

Ainda apresentando possibilidade qualitativa sobre o entendimento acerca das pequenas cidades, Melo (2008) estudou as dez pequenas cidades que fazem parte da Microrregião de Catalão (GO) a partir de uma (re) construção das origens delas por meio da formação espacial como categoria de análise e, depois, das dinâmicas socioeconômicas e espaciais dessas pequenas cidades partindo do contexto goiano. Assim, partindo disso, ela apresenta a urbanização, a organização espacial, a dimensão política, as amenidades, os dilemas e os aspectos principais dos cotidianos das pequenas localidades, contribuindo quanto aos procedimentos teóricos e metodológicos sobre pequenas cidades.

Assim, o entendimento acerca da conceituação das pequenas cidades perpassa, concomitantemente, por abordagens quantitativas (os patamares mínimos e máximos de habitantes) e qualitativas (as relações e influências na rede urbana e a formação socioespacial das regiões). A abordagem quantitativa destaca apenas os números. Já a qualitativa ocorre

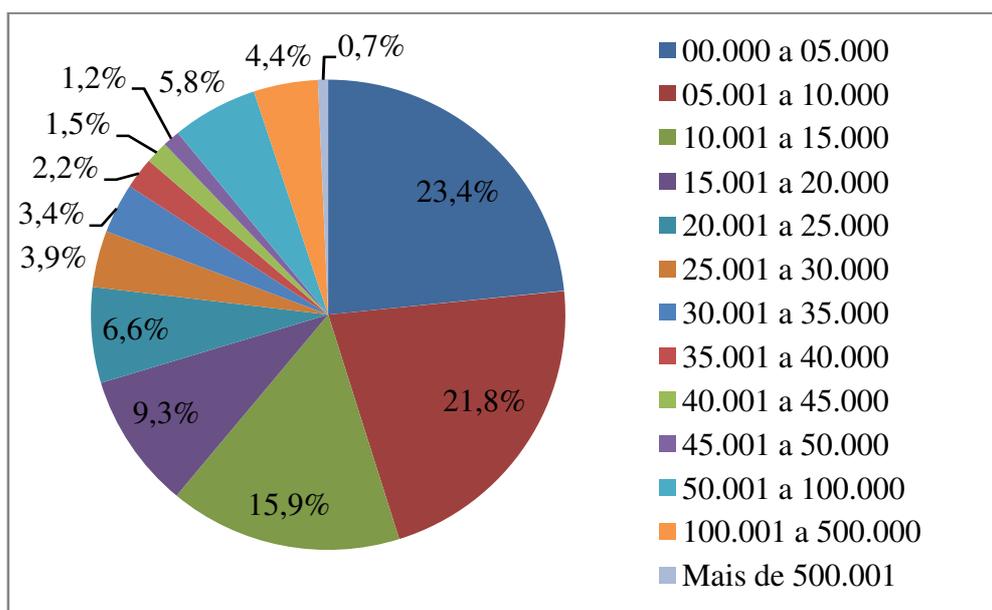
dentro de um contexto geral de influência e/ou dentro de elementos isolados, como saúde, educação, emprego, lazer, consumo de produtos básicos, consumo de produtos de alto padrão, viagens aéreas, entre outros elementos.

Apesar da grande dificuldade de teorizar o conceito dentro de um país como o Brasil, de características regionais diferentes, e partindo do todo o exposto anteriormente, um viés que parece ser uma boa opção de definição acerca da temática é a que considera pequenas cidades como aquelas que apresentam área de influência apenas na sua municipalidade ou em uma área imediata ao seu entorno municipal, ou seja, sobre outra(s) pequena(s) cidade(s) que depende(m) dela, como exemplo, sendo a sede da comarca ou portadora de órgãos públicos.

O URBANO BRASILEIRO PELAS PEQUENAS CIDADES: ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

O urbano brasileiro é composto por diferentes classificações de cidades, inclusive as pequenas cidades. Apesar das grandes divergências acerca desses conceitos, da aplicabilidade deles na prática e das disparidades regionais, é um norteador para entender a distribuição espacial do urbano brasileiro. A Figura 2 apresenta a proporção de municípios brasileiros, em porcentagem por estrato de população total, em 2010. A maior parcela dos municípios brasileiros possui, no máximo, cinco mil habitantes: 23,4%, quase um quarto do total. Em seguida, destacam-se os estratos de 5.001 a dez mil habitantes, com 21,8%, e, de 10.001 a 15 mil, com 15,9%.

Figura 2. Brasil. Proporção de municípios por classes de população total, 2010



Fonte: Adaptado do IBGE (2010)

Na definição acerca de cidades pequenas, alcançam-se três resultados possíveis: i) considerando o intervalo de vinte mil habitantes totais, proposto por um grupo de pesquisadores, a quantidade de municípios chega a 4.279 ou 77% do total; ii) utilizando como parâmetro o intervalo de cinquenta mil habitantes totais, proposto por outro grupo de pesquisadores, a quantidade salta para 4.957 municípios ou 89,1% do total; e, iii) como parâmetro de cem mil habitantes totais, proposto pelo IBGE, a quantidade atinge quase 95% do total de municípios brasileiros. Logo, pode-se inferir que, no mínimo, 77% dos municípios brasileiros são considerados polarizados por pequenas cidades pelo viés demográfico.

A Tabela 1 apresenta a quantidade e a porcentagem de população total, por estrato de população total no município, em 2010, e a Tabela 2 demonstra as dez menores pequenas cidades brasileiras, em 2010. É notório observar que os dados, comparados com os anteriores, são inversamente proporcionais. A maior quantidade de agrupamento humano está locada em uma pequena quantidade de municípios.

Em suma, quase 30% da população brasileira – mais de 55 milhões de pessoas – se amontoam em apenas 0,7% dos municípios. Os quase 90% dos municípios com até cinquenta mil habitantes são responsáveis por abrigar praticamente 34% da população brasileira. Sendo assim, além de reconhecer que a maioria da população nacional reside numa cidade média ou metrópole, deve-se considerar a existência de uma parcela importante de 64.004.918 pessoas que residem em espaços, geralmente, negados pelas políticas públicas, pelos meios de comunicação e pela sociedade brasileira.

Tabela 1. Brasil. Quantidade e porcentagem de população total por estrato de população de município, 2010

Classe de pop.	Pop. total	%
00.001 a 05.000	4.374.345	2,3%
05.001 a 10.000	8.541.935	4,5%
10.001 a 15.000	10.750.654	5,6%
15.001 a 20.000	8.993.313	4,7%
20.001 a 25.000	8.162.635	4,3%
25.001 a 30.000	5.845.001	3,1%
30.001 a 35.000	6.110.913	3,2%
35.001 a 40.000	4.526.091	2,4%
40.001 a 45.000	3.634.903	1,9%
45.001 a 50.000	3.065.128	1,6%
50.001 a 100.000	22.314.204	11,7%
100.001 a 500.000	48.565.171	25,5%
Mais de 500.001	55.871.506	29,3%

TOTAL	190.755.799	100,0%
--------------	--------------------	---------------

Fonte: Adaptado do IBGE (2010).

Tabela 2. Brasil. Municípios com menor população total, 2010

Pos.	Município	Pop. total
01	Borá (SP)	805
02	Serra da Saudade (MG)	815
03	Anhanguera (GO)	1.020
04	Oliveira de Fátima (TO)	1.037
05	Araguainha (MT)	1.096
06	Nova Castilho (SP)	1.125
07	Cedro do Abaeté (MG)	1.210
08	André da Rocha (RS)	1.216
09	Uru (SP)	1.251
10	Miguel Leão (PI)	1.253

Fonte: Adaptado do IBGE (2010).

A Tabela 3 apresenta a proporção de municípios, em cada Unidade da Federação, por estratos de população total, em 2010. Considerando o patamar demográfico de cinco mil habitantes, os Estados de Tocantins (53,3%), Rio Grande do Sul (45,8%) e Goiás (40,7%) aparecem com as maiores proporções. Todos esses municípios são polarizados por pequenas cidades. Ampliando o patamar demográfico para até 15 mil habitantes, os Estados de Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins passam de 70% de proporção dos municípios polarizados por pequenas cidades. O Estado de Tocantins possui 95% de municípios com menos de 25 mil habitantes. Assim, os dados demonstram expressividade numérica das pequenas cidades em praticamente todos os Estados brasileiros.

Tabela 3. Unidades da Federação. Representatividade de municípios por estrato de população total, 2010

Unidade da Federação	00.000 a 05.000	05.001 a 15.000	15.001 a 25.000	25.001 a 50.000	50.001 a 100.000	100.001 a 500.000	Mais de 500.001
Acre	4,5%	45,5%	27,4%	13,6%	4,5%	4,5%	0%
Alagoas	5,9%	41,2%	26,4%	17,6%	6,9%	1,0%	1,0%
Amapá	25,0%	37,5%	18,7%	6,3%	0%	12,5%	0%
Amazonas	0%	24,2%	33,9%	29,0%	9,7%	1,6%	1,6%
Bahia	2,1%	40,8%	29,0%	17,7%	6,6%	3,3%	0,5%
Ceará	1,1%	28,8%	29,3%	22,8%	13,7%	3,8%	0,5%
Distrito Federal	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Espírito Santo	1,3%	43,6%	21,8%	19,2%	2,6%	11,5%	0%
Goiás	40,7%	32,9%	10,6%	7,7%	4,5%	3,2%	0,4%
Maranhão	2,8%	40,5%	27,6%	18,9%	6,0%	3,7%	0,5%

Mato Grosso	25,6%	41,1%	14,9%	12,1%	3,5%	2,1%	0,7%
Mato Grosso do Sul	9,0%	43,6%	26,9%	14,1%	1,3%	3,8%	1,3%
Minas Gerais	28,1%	43,8%	12,1%	8,2%	4,4%	2,9%	0,5%
Pará	0,7%	18,2%	20,3%	32,8%	21,0%	6,3%	0,7%
Paraíba	31,0%	45,3%	14,3%	5,0%	2,7%	1,3%	0,4%
Paraná	24,6%	45,6%	12,5%	9,3%	3,5%	4,0%	0,5%
Pernambuco	1,6%	29,7%	28,6%	21,1%	12,4%	5,5%	1,1%
Piauí	37,1%	47,4%	6,7%	6,7%	1,3%	0,4%	0,4%
Rio de Janeiro	0%	20,7%	18,4%	20,7%	12,0	23,9%	4,3%
Rio Grande do Norte	30,5%	51,5%	6,6%	6,6%	3,0%	1,2%	0,6%
Rio Grande do Sul	45,8%	29,6%	8,5%	7,7%	4,8%	3,4%	0,2%
Rondônia	11,5%	40,4%	23,1%	11,5%	9,6%	3,9%	0%
Roraima	0%	73,3%	20,0%	0%	0%	6,7%	0%
Santa Catarina	36,8%	35,5%	11,3%	7,2%	5,2%	3,7%	0,3%
São Paulo	24,3%	29,9%	12,5%	14,0%	7,6%	10,2%	1,5%
Sergipe	16,0%	38,7%	22,7%	14,7%	5,3%	1,3%	1,3%
Tocantins	53,3%	36,7%	5,0%	2,9%	0,7%	1,4%	0%

Fonte: IBGE, 2010

Em compensação, considerando o patamar demográfico de cinco mil habitantes, os Estados do Amazonas, Rio de Janeiro e Roraima aparecem com proporção zerada de municípios nessa condição; outros nove Estados apresentam taxas inferiores a 10%. Considerando o patamar demográfico máximo de 15 mil habitantes, os Estados com menores proporções são Pará (18,9%), Rio de Janeiro (20,7%), Amazonas (24,2%) e Ceará (29,9%). Portanto, são Estados com menor quantidade de pequenas cidades.

A PEQUENA CIDADE NA REDE URBANA E A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

Entre as abordagens que permitem olhar para as pequenas cidades pelo viés qualitativo, duas se destacam: a área de influência e o papel na rede urbana e a formação socioespacial como metodologia de análise para estudo.

Para entender a influência e o papel das pequenas cidades na rede urbana, utiliza-se o Regic, que é um estudo do IBGE acerca da rede urbana brasileira. Ele trabalha, basicamente, com a hierarquia dos centros e a delimitação das áreas de influências das cidades, tanto no geral como em elementos específicos, como educação, saúde, lazer, entre outras possibilidades, sendo que a versão de 2007 foi a última publicada (IBGE, 2007).

A metodologia utilizada pelo IBGE (2007) para o estudo do Regic privilegiou a função de gestão do território e as informações e registros administrativos, tanto de órgãos estatais, quanto de empresas privadas. O centro de gestão do território, de acordo com Corrêa (1995), é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de

outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam, direta ou indiretamente, um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade por meio das empresas nela sediadas.

Assim, foi possível avaliar níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica nas cidades. São alguns exemplos dos dados levantados: atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, Internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo. Posteriormente, foram investigadas ligações entre cidades – compreender a rede urbana – por meio de uma pesquisa direta, levantando informações sobre uma ampla gama de relacionamentos. Logo, como resultado, chegou-se a casos de atuação restrita ao próprio território, exercendo funções centrais apenas para a população local. Inversamente, há cidades cuja centralidade foi identificada a partir do efeito polarizador que exercem sobre outras. (IBGE, 2007).

Partindo disso, as cidades foram divididas em cinco níveis, por sua vez, subdivididos em dois ou três subníveis: metrópoles, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local. O que interessa no debate sobre pequenas cidades são os dois últimos níveis.

O centro de zona é “o nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares” (IBGE, 2007, p. 11). Ele é dividido em “centro de zona A” e “centro de zona B”. O primeiro refere-se a 192 (34,5%) cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos, sendo que apenas 16 delas não são classificadas como centros de gestão. A segunda corresponde a 364 (65,5%) cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos. A maior parte, 235, não havia sido classificada como centro de gestão territorial, e outras 107 estavam no último nível daquela classificação.

Já o centro local “corresponde a 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes” (IBGE, 2007, p. 12). Elas têm população predominantemente inferior a dez mil habitantes. Geralmente, os habitantes com maior poder aquisitivo acabam consumindo produtos e serviços especializados em centros maiores, inclusive metrópoles como São Paulo, enquanto que os demais, com menor poder aquisitivo, consomem produtos e serviços que estão disponíveis na municipalidade, com exceção aos casos em que a prefeitura municipal disponibiliza veículo para levar o cidadão.

Outra abordagem interessante na análise das pequenas cidades é a formação socioespacial, pensada por Santos (1977), como categoria de análise.

O estudo sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas funções, mas sempre um conhecimento específico, aprendido num dado momento de sua evolução (SANTOS, 1977, p. 84).

A totalidade vai se referir ao modo de produção e às particularidades de como ocorre à acumulação (diferenças das relações de trabalho, tipos de empresa, propriedades rurais, etc.), que irá compor uma formação socioespacial diferenciada. Assim,

Representa um esforço teórico visando explicar as especificidades com que um dado modo de produção concretamente se manifesta (...) um dado modo de produção concretiza-se em diversas formações econômico-social, suas variantes históricas e geográficas ou como variedades regionais (CORRÊA, 2000, p. 123).

Endlich (2006) utilizou essa metodologia para estudar as pequenas cidades do Noroeste do Paraná. Nessa região, “a presença dessas pequenas cidades é explicada pelo processo de formação socioespacial da região, ocorrido no contexto da economia cafeeira” (ENDLICH, 2006, p. 23). Essa atividade impulsionou a vinda intensa de pequenos produtores e trabalhadores rurais para essas áreas.

Com o declínio da atividade agrícola, principal fonte de renda dos municípios e, por conseguinte, das cidades naquele momento, houve um declínio populacional, inclusive na área urbana. Esse declínio, segundo Endlich (2006, p. 24), “foi esvaziando, também, os numerosos e pequenos núcleos urbanos sob o aspecto funcional, promovendo uma outra mobilidade oriunda das pequenas cidades estagnadas em direção, sobretudo, aos centros maiores”. Esses ciclos, marcados pelas migrações do homem do campo e das pequenas cidades, modificaram o espaço regional e a estrutura urbana dessas localidades. Muitas pessoas permaneceram na cidade, contudo com a necessidade de emprego, moradia, serviços em gerais, como educação, e saúde, entre outras necessidades. Todavia, grande parte das pequenas cidades apresenta grandes problemas na oferta de serviços, como saúde, educação, segurança, infraestrutura urbana, entre outros serviços.

Melo (2008) também utilizou a formação socioespacial para estudar as pequenas cidades na Microrregião de Catalão (GO). Nessa região, “o povoamento e a formação de núcleos urbanos no sudeste goiano seguiu, no transcorrer do século XIX, mais ou menos, o percurso do gado” (MELO, 2008, p. 57). Assim, “foram, aos poucos, surgindo povoados pela

extensa área. Alguns desses evoluíram para a condição de arraial, vila, distrito, cidade e município” (MELO, 2008, p. 57-58). Entretanto, as

Mudanças mais intensas, capazes de incitar o surgimento de novos povoados, municípios e cidades, bem como de promover a ampliação do papel econômico e da vida de relações das cidades, nessa área, só ocorreram nas primeiras décadas do século XX, vinculadas às mudanças na economia nacional e regional, sobretudo pela implantação da Estrada de Ferro de Goiás, que interligou o território goiano à região Sudeste do país (MELO, 2008, p. 68).

Assim como ocorreu no Paraná, com a modernização agrícola, incentivada pelas políticas brasileiras, as dinâmicas econômicas dos municípios goianos sofreram transformações. Logo, as cidades passaram a buscar novos papéis e formas de sobreviver. No caso de Goiás, a autora apresenta que a industrialização, a agroindústria e o turismo acabaram sendo formas das pequenas cidades não perderem população e se manterem com certo grau de centralidade. Evidentemente, não foram suficientes, mas suavizaram o processo de perda. Entretanto, há casos de pequenas cidades que permanecem como “lugares nos tempos lentos” (MELO, 2008, p. 202).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, embora se tenha difundido trabalhos acadêmicos e preocupações acerca da realidade das pequenas cidades, ainda é preciso ampliar o debate teórico, metodológico e empírico sobre essas localidades, ainda que exista grande quantidade, diversidade e complexidade dessas localidades no Brasil. Além disso, as preocupações acadêmicas precisam compreender o urbano brasileiro em totalidade, inserindo as pequenas cidades no debate a partir dos papéis urbanos e sua inserção na rede urbana.

É preciso ampliar e aprofundar a discussão proposta por este artigo, sobretudo pela temática de que as pequenas cidades brasileiras estão inseridas, articuladas e conectadas às dinâmicas urbanas em esfera global, pois compõem o modo de produção capitalista e fazem parte de – e são influenciadas por – o fenômeno da globalização, sofrendo com a perversidade desses processos. Por isso, é cada vez mais comum trabalhos acadêmicos voltados para os problemas existentes nas pequenas cidades, desde vinculados à infraestrutura até os relacionados à problemática social.

A quantidade de municípios brasileiros atingiu, em 2010, 5.565, sendo que cada um deles é polarizado por uma cidade. Desses municípios, quase um quarto possui, no máximo,

cinco mil habitantes. Ampliando o patamar para dez mil habitantes, a proporção de municípios chega a 45% e para 15 mil habitantes a 61%. Efetivamente, entende-se, neste artigo, que todos esses municípios brasileiros são polarizados por pequenas cidades. Portanto, a realidade urbana brasileira é composta, no mínimo, por 60% de cidades pequenas.

Isso pode ser ampliado, de acordo com a leitura de cada autor. Considerando o intervalo de vinte mil habitantes totais, a quantidade de municípios chega a 77% e utilizando como parâmetro o intervalo de cinquenta mil habitantes totais, a quantidade salta para quase 90% dos municípios brasileiros. Este último grupo é responsável por abrigar quase 34% da população brasileira.

Já o olhar para as pequenas cidades a partir das áreas de influência e do papel desempenhado na rede urbana permite aferir que as pequenas cidades possuem atuação restrita à sua área imediata, exercendo funções de gestão elementares ou possuem centralidade e atuação que não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes. Assim, geralmente, os habitantes com maior poder aquisitivo acabam consumindo produtos e serviços especializados em centros maiores, muitas vezes distantes de sua residência, enquanto os demais moradores, com menor poder aquisitivo, consomem apenas os produtos e serviços que estão disponíveis na sua respectiva municipalidade.

Acerca da formação socioespacial, como metodologia de análise para estudo, é possível perceber que as formações econômicas e sociais oferecem subsídios para compreender uma sociedade na sua totalidade e nas suas funções em um dado momento de sua evolução. Por exemplo, estudos apresentados mostraram que os diferentes ciclos modificaram o espaço regional e a estrutura urbana das pequenas cidades no Paraná e em Goiás.

Portanto, para entender e discutir teórica e metodologicamente as pequenas cidades é preciso transitar por abordagens e questões quantitativas (os patamares mínimos e máximos de habitantes) e qualitativas (as relações e influências na rede urbana e a formação socioespacial das regiões). Então, a imprensa e a sociedade em geral devem destacar as pequenas cidades no intuito de demonstrar sua expressiva quantidade, diversidade e até os problemas, reconhecendo a existência de uma parcela importante de pessoas que residem nesses espaços que são, geralmente, negados pelas políticas públicas, pelos meios de comunicação e pela sociedade brasileira.

Existe uma grande necessidade de mais trabalhos teóricos, metodológicos e empíricos sobre as pequenas cidades brasileiras. É preciso conhecer a realidade desses centros locais, os

seus principais problemas, as suas particularidades e virtudes, as relações e os papéis na rede urbana, entre outros fatores, para poder avançar acerca da conceituação da temática e na teorização do urbano brasileiro. Um estudo de pequena cidade precisa conhecer as peculiaridades de cada pequena cidade.

REFERÊNCIAS

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2004. 347 p.;

CORRÊA, Roberto Lobato. A urbanização nas áreas de cerrado: algumas considerações. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia: Edufu, n.13/14, jan/dez, 1995, p.147-150;

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**, Rio de Janeiro, Ano IV, nº 06, p. 43-53, jan./jun., 1999;

_____. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: **Os caminhos da reflexão da cidade e do urbano.** São Paulo: Edusp, 1994, p. 323-359;

_____. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. In: **Território**. Rio de Janeiro, v. 5, nº 8, p. 121-129, junho, 2000;

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2006. 505 p. il.;

FRESCA, Tânia Maria. **A dinâmica funcional da rede urbana do Oeste Paulista: estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista.** 1990. 282 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990;

GONÇALVES, Francisco Ednardo. **Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar.** 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande Do Norte (RN). Programa De Pós-Graduação em Geografia, Natal, 2005;

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>> acesso em: 22 ago. de 2017;

_____. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php> acesso em: 22 ago. de 2017;

_____. **Região de Influência das Cidades (Regic, 2007).**Rio de Janeiro: IBGE, 2007;

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão (GO):** análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008. 527 p.;

MENDES, Marcos, MIRANDA; Rogério Boureri; COSIO, Fernando Blanco. Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnósticos e proposta de reforma. In: **Textos para discussão**. Consultoria Legislativa do Senado Federal, nº 40, 2008. 111 p.; Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/texto40-marcosmendesrog%20A9riomirandaefernandoblancos.pdf> acesso em: 20 ago. de 2017;

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, jul-dez, 2006

OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. In: **Ciência e Cultura**, Campinas: SBPC, v. 58, n. 3, p. 27-29, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n3/a13v58n3.pdf>> Acesso em: 17 ago. de 2017.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região:** o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2007. 347 p.;

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade:** ensaios. Petrópoles: Vozes, 1982;

_____. **O Espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1979;

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, 1977, p. 81- 99;

SANTOS, Wilson dos. **Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico:** o exemplo da região de Campinas-SP. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989, 192 p.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade e metrópole: notas de um debate. In: **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 81-86.

Recebido para publicação em 30/08/2017
Aceito para publicação em 21/11/2017